

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – 14.133/2021

19.30.1150.0000142/2023-97

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público o interesse em **Contratação de empresa especializada para emissão de Certificado Digital do tipo Equipamento A1**, a ser instalado no servidor do Sistema *Horus*, para autenticação perante o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, com vistas a permitir o acesso à consulta e extração de dados das bases do Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) e do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ambos geridos pela Receita Federal do Brasil (RFB), por intermédio do Sistema de Informações para Convenientes (INFOCONV), nos termos e condições constantes neste Termo de Referência., nos termos e condições constantes neste Termo de Referência.

As empresas interessadas terão 3 (três) dias úteis, **(14/03, 15/03 e 16/03/2023, até às 18:00)** para apresentar Proposta Comercial assinada, junto com a seguinte documentação:

Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- * Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- * Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- * Prova de regularidade para com as Fazendas:
 - Federal;
 - Estadual;
 - Municipal da sede da Proponente.
- * Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- * Prova de regularidade com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS;
- * Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT.
- * **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E/OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão. Caso não conste o prazo de validade na respectiva certidão, será considerada válida pelo período de 1 (um) ano, contado da sua expedição.
- * **Cédula de identidade ou documento equivalente do Responsável da Empresa.**
- * **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas**, em se tratando de Sociedade Comercial e, tratando-se de Sociedade por Ações, acrescentar os documentos de eleição de seus Administradores, dispensados caso estes já tenham sido apresentados na fase de credenciamento;
- * **Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);**
- * **Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa (CNCIA);**
- * **DECLARAÇÃO** de que a empresa licitante cumpre plenamente o inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, na forma do art. 27, inciso V da Lei 8.666/93, conforme o modelo abaixo:

DECLARAÇÃO

(Razão Social da LICITANTE) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não tem, em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Palmas – TO, ___ de _____ de 2022.

(nome e assinatura do declarante)

(número da cédula de identidade do declarante)

Email para envio da Proposta e Documentação: compras@mpto.mp.br.